inflacionários que adviriam de um novo plano de plantio e amparo aos produtores atingidos.

Assim, a instabilidade das cotações internacionais do café, claramente motivada pela visão futura das inexoráveis conseqüências de uma geada no Brasil, deverá persistir até o fim dos meses de frio no Sul. Ao final deste período, caso nosso parque cafeeiro escape ileso, as cotações deverão retomar a tendência baixista que vem se delineando desde abril de 77, não mais a partir do atual patamar, mas seguindo a tendência anteriormente definida. Dessa forma, torna-se bastante penoso definir a linha de ação relativa à comercialização externa do produto para este período atípico. Aproveitar os melhores preços hoje vigentes e, conseqüentemente, reduzir as possibilidades de usufruto de preços melhores no futuro próximo ou restringir a oferta brasileira agora, na expectativa frágil de vender a preços maiores alguns meses adiante — eis a questão.

LIDERANÇA BRASILEIRA — QUANDO SERÁ EXERCIDA ?

Outro aspecto, que há muito vem merecendo a atenção dos dirigentes da cafeicultura brasileira, diz respeito à nossa histórica redução de participação no mercado mundial, em função da "estratégia do guarda-chuva", redução essa que, num mercado de consumo estagnado, resulta exclusivamente em favor de nossos competidores. Assim, contrariamente ao Brasil, os diversos países produtores têm desenvolvido políticas que visam a ampliar sua participação no mercado, atitude certamente mais cômoda (e não muito racional pelos efeitos desastrosos) do que coordenar esforços visando à ampliação do mercado como um todo. Exemplo disso é encontrado na política cafeeira colombiana, que atualmente empenha-se em conceder descontos adicionais às torrefadoras, sob compromisso de não utilizarem em seus ***blends***, cafés outros que não o colombiano.

Às autoridades brasileiras coloca-se uma nova questão, cuja resposta se configura complexa: qual a melhor linha de ação para a cafeicultura nacional e para o país: a atual, permitindo-se que nossa participação no mercado reduza-se gradativamente, cabendo-lhes apenas colher os frutos do comércio enquanto eles existem, ou alguma outra atitude mais agressiva como, por exemplo, esgotados os esforços de composição com os países ofertantes, fazer valer seu poder de liderança do mercado, com a redeterminação gradativa dos preços e quantidades ótimas para o Brasil, objetivando aumentar sua participação no mercado mundial mediante a expulsão dos menos eficientes.

Açúcar

MERCADO EXTERNO: PERSPECTIVAS DE PRODUÇÃO MUNDIAL

Uma expectativa de produção mundial de açúcar de 92 milhões de t contra uma capacidade de consumo

da ordem de 86 milhões de t evidencia um quadro de grande excedente de açúcar, alçando os estoques a 31 milhões de t, nível 20% superior ao estoque da safra anterior e significativamente acima dos níveis historicamente normais.

Apesar destes números, a produção de açúcar tanto de cana como de beterraba para a próxima safra não mostra qualquer redução significativa. Uma explicação para isto reside no fato de ter havido investimentos na área da indústria açucareira mundial, ampliando sua capacidade de operação e levando os produtores a pressionarem por proteção governamental ao setor, a fim de continuarem operando. Como o consumo mundial não apresenta modificações substanciais no seu comportamento, o equilíbrio entre oferta e demanda dependeria, basicamente, do crescimento vegetativo da população.

Deve-se ponderar, contudo, que os baixos preços associados aos grandes excedentes mundiais, desestimulam a produção agrícola que, de um período de estagnação, passará, certamente, à contração da produção, forçando o parque açucareiro mundial a operar abaixo da plena capacidade, até que os níveis de consumo e preço permitam sua reativação.

Um regulador importante do mercado livre do açúcar seria o Acordo Internacional do Açúcar (AIA) que atuaria sobre aproximadamente 1/6 da produção mundial, uma vez que o restante de açúcar produzido é consumido nos próprios países produtores ou, então, comercializado em transações bilaterais.

É necessário qualificar o quadro que compõe o AIA. O adiamento por um período de mais seis meses para o início efetivo do Acordo (1º de janeiro de 1979) delineia as dificuldades cada vez maiores de sua efetivação.

SITUAÇÃO NO MAIOR IMPORTADOR LÍQUIDO MUNDIAL

É importante analisarmos, em princípio, a posição dos EUA, devido à sua condição peculiar de maior importador líquido no mercado mundial e tradicional comprador dos países da América Latina e do Caribe. Daí, qualquer alteração na política açucareira norte-americana reflete-se diretamente sobre aqueles países, entre os quais o Brasil.

De certa forma, o modesto aumento concedido aos produtores norte-americanos (de 13,25 ¢/lb para 14,27 ¢/lb o ***raw sugar*** e de 14,24 ¢/lb para 15,57 ¢/lb o ***white sugar***) resulta do programa antinflacionário americano. Se mantida essa orientação, apesar do aumento das tarifas à importação, ainda será possível a importação de aproximadamente 5,0 milhões de t por ano pelos EUA. Por outro lado, existem os representantes dos produtores e industriais no Senado, reivindicando medidas mais protecionistas, tais como a elevação das tarifas e/ou imposição de quotas, e elevação do preço de suporte para 17 ¢/lb. Estas propostas, se aprovadas, resultariam em substancial redução da demanda externa, que ficaria sujeita exclusivamente às necessidades mínimas das indústrias do país. Naturalmente, o ***quantum*** das importações desceria ao nível aproximado de 3,0 milhões de t por ano, com conseqüên-

cias danosas para os países exportadores altamente dependentes do produto. Estariam criadas, assim, as condições necessárias para o rápido desenvolvimento da indústria de ***high fructose corn syrup (HFCS)*** que, em 1977, já produziu mais de 1 milhão de t.

Paralelamente à situação americana, existe outro grande importador, o Japão, que também não ratificou o AIA e é provável que tenha tantos problemas no Parlamento quanto os EUA no Congresso. A URSS também anunciou seu propósito de não pagar a taxa de importação do fundo de estabilização. Cuba, por seu lado, verá expirado em 1980 seu contrato com a URSS (entrega a preços especiais). Desta forma, estaria praticamente decretada a falência do AIA.

ALTERNATIVAS EM CASO DE NÃO RATIFICAÇÃO DO AIA

Nesta hipótese, os países produtores partiriam em busca de acordos bilaterais, e aqueles que tiverem condições de barganhar, tentarão acoplar o açúcar à comercialização de outros produtos, objetivando colocar seus excedentes no mercado.

Assim, tender-se-ia para uma desarticulação do mercado internacional, com uma inevitável tendência baixista dos preços. Isto porque os países produtores deverão partir para a chamada "política agressiva" de vendas, tentando colocar o máximo possível do produto, burlando desta maneira o próprio sistema de bolsa que, em última análise, responde pela fixação dos preços. Como conseqüência, haveria um enfraquecimento das bolsas e, portanto, dos preços, acarretando perda de divisas para os países exportadores.

De qualquer maneira, prevalecendo esta hipótese, no longo prazo os países procurarão diminuir sua produção de açúcar e com a redução dos estoques, os preços do produto reagirão.

No caso específico do Brasil, existe a alternativa do álcool, podendo-se questionar, entretanto, como deverá reagir a produção de álcool diante de uma futura conjuntura altista dos preços internacionais do acúcar.

ALTERNATIVAS EM CASO DE RATIFICAÇÃO DO AIA

Caso o AIA venha a ser ratificado por seus membros até 1º/1/79, entrará em vigor o Fundo de Estabilização, visando a recuperação dos preços, e a taxa de importação para financiá-lo. A taxa a ser cobrada será de 0,28 ¢/lb exportada/importada de acordo com os contratos negociados. Objetiva-se com o Fundo, manter o preço dentro da faixa estabelecida pelo AIA (11 ¢/lb – 21 ¢/lb). Enquanto os preços permanecerem abaixo de 11 ¢/lb, os mecanismos para controle de mercado devem ser acionados, entre eles o corte nas Tonelagens Básicas de Exportação (TBE). Hoje ela está reduzida em 18,5%.

Uma vez vigorando o acordo internacional, antes mesmo que o Fundo de Estabilização comece a "enxu-

gar" açúcar do mercado livre, o efeito psicológico deverá se refletir nos preços, principalmente dos futuros. Nesta hipótese, os países produtores tenderiam a adequar sua produção à demanda e os preços atingiriam o mínimo remunerador, com menos ressentimento do parque açucareiro.

MERCADO INTERNO

O atual quadro mundial do setor açucareiro e a intenção de controlar os estoques excedentes de açúcar do país, levou o IAA/MIC a fixar para a safra 78/79, a meta de produção de 120 milhões de sacos de 60 kg – redução de produção autorizada da ordem de 11% quando comparada à safra anterior. Em contrapartida, foi realocado para a fabricação de álcool direto, um equivalente superior aos 15 milhões de sacos de açúcar deixados de produzir.

A distribuição da produção de açúcar para o mercado interno foi realizada de forma que todo o setor produtivo arcasse, equitativamente, com o ônus da redução da produção. O atendimento do mercado externo foi concentrado na região Nordeste (Pernambuco e Alagoas, principalmente), enquanto a produção de álcool fixou-se basicamente no Centro-Sul (São Paulo em especial). Esta determinação atendeu à adequação de infraestrutura das regiões, sendo que, no caso do álcool, a escolha da região Centro-Sul como principal produtora vinculou-se também à capacidade de produção e consumo da região.

A economia canavieira no Brasil incorpora parâmetros estranhos ao funcionamento de uma economia de mercado. Por ser uma economia dirigida em todos os seus segmentos, não está subordinada diretamente às leis da oferta e procura. Como tem seu preço e produção fixados exogenamente, é na operação mais eficiente do complexo que se situam as possibilidades de maiores ganhos do setor. Uma vez estabelecido o preço, a minimização do custo de operação permite a maximização dos lucros.

Na fase agrícola de produção, os problemas de custo dizem respeito às variedades da cana e administração da colheita. Na fase industrial, o aspecto sensível do custo está associado à tecnologia adotada. Projetos de engenharia mais modernos, com administração mais eficiente dos equipamentos, permitem a redução dos custos e aumento do rendimento industrial.

O QUADRO AGRÍCOLA

Na área agrícola, o principal problema é a degeneração das variedades cultivadas. Como resultado, pequenos são os ganhos de produtividade observados na cultura. No qüinqüênio 68/72, o rendimento médio da lavoura de cana no Brasil era de 46.076 kg/ha, evoluindo em aproximadamente 2% no qüinqüênio 72/76 (47.006 kg/ha).

Estimulado pelos altos preços vigentes no mercado internacional, a partir de 1972, iniciou-se o processo de expansão da fronteira agrícola canavieira no país. Quando do arrefecimento dos preços (1975),

levantou-se a alternativa de se canalizar parte da produção de cana-de-açúcar para a produção de álcool com fins carburantes, o que se ajustava à nova situação criada com o súbito aumento dos preços do petróleo. Mas os elevados níveis de produção mundial e nacional estavam a exigir medidas de rigoroso controle da produção.

Na região Norte/Nordeste, ainda para a safra 77/78, os produtores expandiram a área plantada e efetuaram a renovação dos antigos canaviais. Ao final desta safra, contudo, por falta de alternativa de alocação, o produtor teve de deixar parte de sua cana no campo para ser colhida na safra 78/79. Além disto, suas socas receberam maus tratos culturais.

Os principais produtores da região Nordeste são os Estados de Pernambuco e de Alagoas. Em ambos, além do problema das variedades de cana, também há problemas de natureza topográfica. Quanto às previsões para a safra 78/79, em Pernambuco, a expectativa reinante é de que não se verifique plantio, ainda refletindo a pouca atratividade econômica da cultura. Apesar desta perspectiva, a cana plantada não cortada e as socas, permitirão uma produção superior à previsão global de 23.330 mil sacos autorizados (possibilidade de produção em torno de 25.000 mil sacos). A redução da produção somente se efetivará a partir da safra 79/80, se permanecer o atual quadro contracionista.

Em Alagoas, não deverá haver expansão da área plantada para a safra 78/79. Como reflexo da crise financeira que sofre o setor açucareiro nordestino, haverá uma tendência para a redução de área ou, menos, para retração da intensidade de plantio. Qualificando mais precisamente a situação do Est pode-se prever a ocorrência de substituição dentro da área produtiva: a Zona da Mata — topograficamente semelhante à região sul canavieira de Pernambuco — deverá reduzir a produção, o que, inclusive, já vem ocorrendo há cinco anos, mas cuja tendência deverá se acentuar, para este período. A zona sul do Estado poderá compensar esta diferença com expansão de sua produção.

Na região Centro-Sul, São Paulo destaca-se como o Estado de maior expressão no quadro da cultura canaveira, apresentando excelentes condições de solo, clima e topografia para a produção de cana, cuja lavoura desenvolve-se, basicamente, nas regiões de Bauru, Piracicaba e Ribeirão Preto. Para a safra 78/79, o Estado deverá ter disponível para moagem, uma quantidade de cana em torno de 53 milhões de toneladas, o que traduz uma produção compatível com os 80.515 mil sacos autorizados.

Apesar do quadro externo desfavorável, além da cultura não apresentar alta rentabilidade em função da compressão de seus preços, o fato de atingir o ciclo de corte entre 12 e 18 meses de plantio para produzir por 3 ou 4 safras, reduz a possibilidade de uso alternativo das terras. Além disso, a terra utilizada para cana em determinadas regiões por condições edáficas e climáticas pode não servir para outras culturas, como ocorre no Nordeste. Por outro lado, o hábito de ter garantida a compra de sua quota à margem dos mecanismos usuais do mercado, induz o produtor a preferir reduzir suas operações a abandonar o setor.

O QUADRO INDUSTRIAL

Na área industrial, as alternativas situam-se entre a produção de açúcar e melaço pelas usinas, ou a produção de álcool pelas destilarias anexas ou autônomas. Apesar de o mercado doméstico consumir 2/3 da produção nacional de açúcar, o consumo interno já se encontra em nível bastante elevado (45 kg/*per capita*), subordinando incrementos adicionais no consumo ao crescimento vegetativo da população. Isto explica o controle institucional rigoroso sobre a produção.

Uma vez estabelecido o preço, a rentabilidade do setor irá depender da eficiência do processamento industrial da cana, de sua qualidade, assim como do volume autorizado de moagem por usina. O IAA considera satisfatório um rendimento industrial de 90 quilos de açúcar cristal por tonelada de cana na região Norte/Nordeste e de 94 quilos na região Centro-Sul. No Estado de Pernambuco, por exemplo, o rendimento médio das usinas açucareiras alcançou apenas 80 kg de açúcar por tonelada de cana (dado de 31/5/78). No Estado de Alagoas, o rendimento industrial médio foi ainda mais baixo, situando-se em 77,87 (dado de 15/5/78). Pernambuco moeu 16.158 mil t de cana, o que deveria corresponder a uma produção de 24.237 mil sacos de açúcar, caso se efetivasse o rendimento médio ideal determinado pelo IAA. O Estado não logrou, entretanto, uma produção superior a 22.027 mil sacos, implicando numa perda de 2.210 mil sacos. Fazendo-se um cálculo aproximado — pois estamos supondo que toda a produção de açúcar seria do tipo cristal, destinado a operações interestaduais — ocorreria, neste caso, uma perda de recursos da ordem de 521 milhões de cruzeiros, com base no preço fixado em 6/1/78. No caso de Alagoas, de 14.518 mil t de cana, o Estado obteve uma produção de 18.809 mil sacos.

O pagamento por teor da sacarose, em lugar do pagamento por t de cana, atenuaria um dos problemas que respondem pelo rendimento industrial inferior a 90 kg/t no Nordeste. O importante é que não haja transferência ao produtor rural do prejuízo resultante da cana de baixa qualidade, fruto da degeneração das variedades. Resolvido este problema, quanto maior a produção para a usina, menores serão os custos fixos em relação ao custo total e, portanto, menores seus custos operacionais.

A racionalização da distribuição da produção de açúcar para a safra 79/80 poderá atender às possibilidades de consumo, concentrando, no Nordeste (como foi realizado para a safra 78/79), a produção de demerara, dada a infraestrutura mais adequada e a plena operação do terminal de Alagoas. Destinar-se-ia à região Centro-Sul, a produção de açúcar para mercado interno.

O excedente de cana disponível e a conseqüente possibilidade de superprodução, não ficam solucionados. O que deverá ocorrer é um "descuido" dos produtores de açúcar em relação à recuperação total da sacarose por tonelada de cana. O aproveitamento do mel mais rico daí resultante para conversão em álcool, deverá se efetivar desde que a usina possua uma destilaria anexa ou autônoma ou possa vender o mel a preços mais elevados. Com isto mais cana será moída — para atender a quota de açúcar — mas o agricultor deverá perder receita por possível pressão das usinas para pagarem menos pelo excedente de cana moída. É claro que, além do agravamento dos problemas econômicos do campo, o desempenho da la-

voura a longo prazo será fortemente afetado.

Outra alternativa seria a colocação do mel no mercado externo. Uma boa cotação do mel (em torno de US$ 60/t) permitirá atrasar o corte da cana. Uma vez passado o ponto de corte, reduz-se a qualidade da cana para açúcar em maior proporção que para produção de mel.

A PRODUÇÃO DE ÁLCOOL

Alternativamente, mobiliza-se o setor para a produção de álcool para fins carburantes. A adoção de uma paridade técnica de 42 litros/saca de 60 kg e o novo preço para o açúcar corrigem o preço vigente para o álcool, de Cr$ 4,50/litro para Cr$ 5,6972 (região Centro-Sul) e Cr$ 5,8855 (região Norte-Nordeste) estabelecendo uma paridade mais realista. Dado que se procura uma paridade econômica para o setor, onde seja indiferente produzir açúcar ou álcool, esta paridade técnica de 42 litros/saca poderia ser corrigida na safra 79/80 para situar-se em 40 litros/saca, que seria mais adequada.

A chave da preocupação com o Proálcool é o não desenvolvimento das atividades relacionadas à sua distribuição. Alguns entraves ao escoamento no Norte/Nordeste não foram levantados. O problema se inicia no momento do embarque: o IAA não dispõe de equipamentos e pessoal suficiente para realizar a análise do álcool nas usinas ou nos portos de embarque. Fora de Recife, João Pessoa, Natal e Maceió são precárias a rede de recepção do carburante, a situação de embarque para centros de mistura e recebimento no destino, além de outras operações relacionadas com a distribuição do álcool.

Frente a estes obstáculos e analisando o sucesso do plano do álcool dentro da atual conjuntura baixista dos preços do açúcar, o empresariado tem preferido operar com destilarias anexas. Estas destilarias poderiam ser convertidas em usinas caso os preços do açúcar se recuperassem e o empreendimento "álcool" fosse desestimulado. Além disto, o investimento necessário para uma destilaria anexa é bem menor (apenas 25% dos recursos gastos para manter toda a infraestrutura de uma destilaria autônoma), permitindo a economia de recursos escassos no setor. Quando da opção por destilarias autonômas, geralmente há um complexo cana-usina-destilaria, que permite assegurar lucros e minimizar perdas no jogo econômico entre os três segmentos.

ENTRAVES DE CURTO PRAZO AO DESENVOLVIMENTO DO PROÁLCOOL

A curto prazo, os entraves mais relevantes ao desenvolvimento do Proálcool são os seguintes:

1 - o atual sistema de craqueamento do petróleo nas suas refinarias, associado à crescente oferta de álcool carburante e às medidas de racionalização e a economia de combustíveis, poderia criar um excedente de gasolina expressivo dentro do país. Além da difícil colocação da gasolina no mercado externo há que considerar seu custo mais baixo de produção quando comparado ao álcool, o que deses-

timularia o consumo deste último.

A alteração do sistema de craqueamento, reduzindo a produção de gasolina em favor de um processamento maior de derivados pesados, envolveria investimentos da ordem de 6 bilhões de cruzeiros (60% dos recursos do Proálcool) projeto viável, portanto, somente a médio prazo.

A redução do consumo de petróleo envolveria o desenvolvimento de pesquisa tecnológica que permitisse a mistura do álcool ao diesel e nas caldeiras que queimam ***fuel-oil***, possibilitando, assim, esta redução.

2 - A utilização de álcool para a locomoção dos veículos movidos a óleo diesel envolveria a necessidade de adaptação dos motores dos milhares de camilhões utilizados no país. Além dos custos desta operação, tal modificação mecânica não poderia se efetuar em pouco tempo.

3 - Não houve crescimento de tancagem nas regiões de mistura, compatível com o aumento previsto de produção. Seria necessário um número de tanques que possibilitasse armazenar mais 34,3 milhões de litros. A previsão é de que 29,7 milhões de litros em tancagem sejam realizados em 78 e o restante em 79.

Também faz-se necessário um esquema de distribuição que permita a transferência de produção excedente de certas regiões (Nordeste, principalmente) para os grandes centros de mistura. Este transporte poderia ser realizado pelos navios que efetuam a distribuição de gasolina no retorno ou, para alguns Estados, por via férrea.

4 - A Petrobrás se defronta com uma menor disponibilidade de recursos, ou seja, deixa de ganhar na gasolina a diferença que paga a mais pelo álcool. Esta queda de recursos disponíveis pode retardar a utilização de um produto economicamente mais oneroso. O preço médio da gasolina automotiva nos centros de mistura é da ordem de Cr$ 6,4054/litro, enquanto o seu custo de produção é bem inferior.

5 - A possibilidade de exportação de álcool para outros países é obstada pela limitada demanda mundial.

6 - A possibilidade de se criarem estoques de segurança dentro do país, que seriam renovados a cada safra para evitar problemas de perda de qualidade do açúcar, tem retraído uma parte do empresariado em se engajar no Proálcool. Outra alternativa seria colocação do açúcar no mercado externo para fins de consumo não humano.

Feijão

O CARÀTER CÍCLICO DOS PROBLEMAS DE ABASTECIMENTO DE UMA CULTURA MARGINALIZADA

Num quadro formado pela estagnação do volume produzido anualmente, pelo menos desde 1968, o fei-